

OPINIÃO

Natal: Jesus ou Noel

DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR

Médico, professor titular da UnB, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria.

A comemoração do Natal já perdeu conteúdo. Esvaziou-se. O significado da festa não é mais o mesmo. Deixou-se substituir pelo culto da forma, pela ditadura dos efeitos especiais. O simbolismo sublime que a data encerrava sofreu profunda mudança ao longo do tempo, tal como os valores morais e éticos cultivados pelas sociedades no curso da história. Quase nada restou da tradição original. Apagou-se da memória a imagem do nascimento de Cristo, personagem síntese do despojamento e da ruptura que inspirou seus seguidores mais arraigados.

A mudança na significação do Natal é um dos mais fortes sinais de declínio dos valores éticos na sociedade ocidental. Já quase não se pensa na vida, obra e exemplo do personagem cujo nascimento deveria festejar-se nessa data. O menino Jesus é mera figuração numa realidade materialista onde o único sonho é o acúmulo de bens, a abundância de produtos consumíveis, o fausto, a luxúria, a concentração de riquezas. A carreira da prodigiosa criatura nascida na manjedoura, acolhida pelos pais, por alguns solidários pastores e pelo calor de humildes animais, marcou época, fez história, mobilizou povos, mas não resiste ao esquecimento progressivo a que foi relegada nos últimos séculos.

Deslocou-se do cenário natalino a figura central da criança predestinada a cumprir missão revolucionária em todos os tempos. Em seu lugar, surgiu e ganhou importância um velho dadivoso e gordo que enche de bens materiais as crianças comportadas. É o simpático Papai Noel, um idoso lépido e ousado que entra pelas chaminés sem sujar sua sedosa roupagem. Hospeda-se hoje em dia nos shoppings ricamente decorados onde posa para fotos ao lado de crianças assustadas, cobrando cachê de estrela de brilho efêmero. Anuncia presente para todos. Alguns se frustram. Outros são tomados de fascínio pelo que ganham. Quando o saco de presentes esvazia-se, o velho desaparece até o Natal seguinte.

Gerado nos primórdios do capitalismo, Noel é a versão moderna de São Nicolau, bispo nascido na Turquia em 280 d.C. Fez legenda de caridoso clérigo que atravava saquinhos de moedas pelas chaminés das casas de famílias em dificuldade. Uma espécie de monetarista

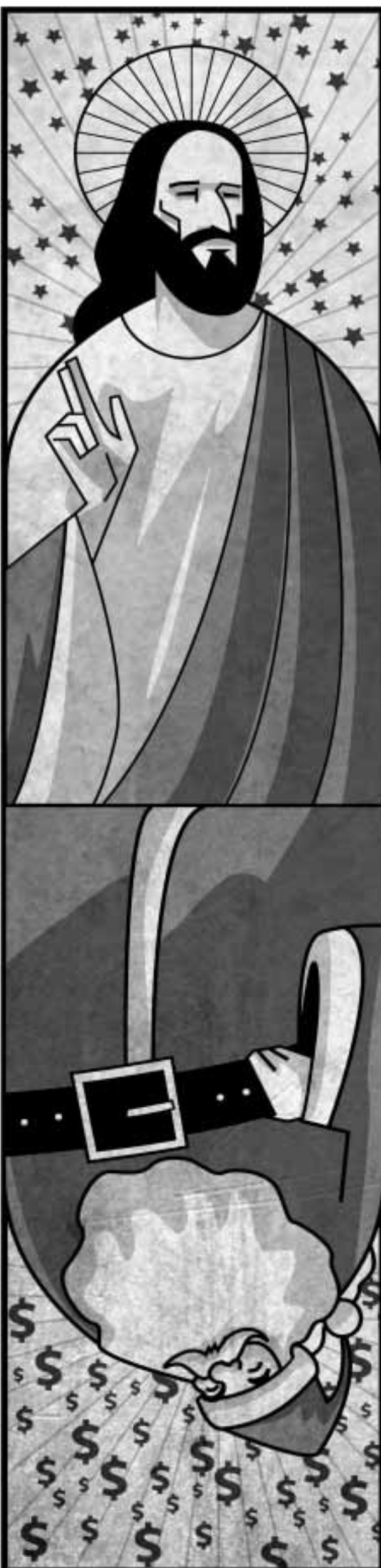
primitivo. Os europeus assimilaram a lenda e deram contorno festivo à tradição que criaram. À medida que a sociedade de consumo se expandiu, Noel foi promovido. Tornou-se parceiro da indústria e do comércio. Roubou a cena do presépio. Trouxe o trenó. A vaca e o burro, cujo hálito aquecia o recém-nascido Jesus, viraram renas ligeiras a puxarem a espécie de papa-móvel que transporta o bondoso velhinho. Produziu a neve no país tropical. Plantou a árvore cheia de bolas coloridas. Matou o galo da antiga missa de meia-noite. Substituiu a *Noite feliz* pelo *Jingle bell*.

Os reis Magos foram depostos, sua monarquia bíblica entrou na era da economia de mercado, da sacralização do consumo. A Coca-Cola mostrou competência. Enxergou longe. Em 1881 mudou a roupa de Noel, que era marrom. Colou sua marca e suas cores nesse novo ícone popular do capitalismo. Globalizou o velhinho. Aumentou as vendas. Faturou bilhões. Não se descola mais do velho-propaganda.

O Natal vive crise de identidade. Aculturou-se. Deixou-se contaminar pelo germe virulento da economia. É alegria que depende do 13º salário, do crediário, das prestações. A ceia em família, outrora um singelo momento de fervor descontraído, nada mais expressa além do prelúdio da indigestão. Comer e beber até o limite da onda emética.

Jesus nasceu em lugar pobre, porém certo e sabido, sob os cuidados materno e paterno. Noel apareceu de repente, deslizando na neve. Jesus tem pai e mãe conhecidos, uma família. Noel é sempre só, filho de pai e mãe ignorados. Jesus teve infância, adolescência, tornou-se adulto como todos os homens. Noel já nasceu velho. Jesus expulsou os vendilhões do templo. Noel é o padroeiro do comércio de fim de ano. Jesus pregou a igualdade dos seres humanos, a distribuição da riqueza. Noel discrimina as crianças pelo valor dos presentes que lhes dá e perpetua a concentração da riqueza. Jesus veio para libertar o homem. Noel foi criado para servir ao assistencialismo sedutor e consumista. Jesus era magro. Noel é gordo, quase obeso. Jesus morreu crucificado pela elite da época. Noel nunca morreu.

Todo ano a escolha se recoloca para a sociedade. Duas biografias opostas. Dois rumos inconciliáveis. Nascer para a vida plena ou viver apenas para o consumo delirante. Natal de Jesus ou de Noel. Consciência ou alienação. Ser ou ter.



Kado/CB

Antropologia e laudos periciais

LUÍS R. CARDOSO DE OLIVEIRA

Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

No último dia 20, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) assinou novo termo de cooperação com Ministério Público Federal comprometendo-se a indicar peritos para a elaboração de laudos envolvendo demandas de minorias em processos judiciais. Trata-se frequentemente de processos de identificação de território indígena e quilombola.

O papel da antropologia nesses casos é tornar inteligível para a Justiça a definição do território pleiteado por indígenas e quilombolas, o que significa traduzir concepções culturalmente diversas da visão vigente na sociedade mais ampla, assim como elucidar o significado da relação do grupo com o território. Para compreender a demanda é preciso relativizar as concepções vigentes no Estado e evitar que preconceitos ou etnocentrismos inviabilizem avaliação adequada do pleito.

A eventual imposição da visão predominante na sociedade nacional significa arbitrariedade que inibe a compreensão e ato de desrespeito aos direitos do grupo em foco. Por exemplo, quando se pretende avaliar a extensão do território ocupado por um grupo indígena a partir de critérios utilizados para garantir um modo de vida adequado a pequenos produtores rurais, que vivem da agricultura. Como para maioria dos povos indígenas brasileiros a caça e a coleta são atividades fundamentais para a subsistência do grupo, e suas instituições sociais estimulam a circulação por áreas extensas, delimitar seus territórios, tendo como referência o padrão adequado para pequenos produtores, significaria decretar a morte dessas sociedades.

São situações como essa que estimulam a ABA e os antropólogos brasileiros a desenvolverem consciência aguçada quanto às implicações ético-morais do etnocentrismo e dos preconceitos quando estes se misturam com relações de poder, e essa é uma ameaça permanente quando se trata dos direitos de minorias. A clara percepção das implicações desse tipo de ameaça a direitos tem marcado nossa atuação política na defesa de minorias contra as arbitrariedades do Estado e de grupos poderosos que, por incompreensão ou por interesses econômicos, não medem esforços para impor sua vontade e seu ponto de vista.

É importante distinguir esse tipo de atuação política daquela identificada com interesses partidários, ou daquelas que dão suporte aos movimentos sociais. Os antropólogos, como os demais cidadãos brasileiros, têm suas opções políticas, que são diversas, e uma parte deles têm militância política em partidos ou em movimentos sociais específicos. Entretanto, quando se expressam em nome da ABA, ou quando atuam como peritos em laudos para a Justiça, a dimensão política de sua atuação se restringe à defesa dos princípios ético-morais mencionados acima. Assim, defendemos os direitos de indígenas, quilombolas e de outras minorias de serem ouvidos, compreendidos e respeitados.

A observação desses princípios não significa que os antropólogos tomam acriticamente o que dizem os sujeitos da pesquisa ou dos laudos periciais. Nossos laudos e monografias procuram reproduzir apenas o que somos capazes de fundamentar à luz das teorias e dos instrumentos de produção de verdade de nossa disciplina. Como tem sido argumentado por vários colegas, no que concerne aos laudos periciais sobre território, o objetivo é compreender a relação do grupo em tela com a área que ocupa, assim como expressa em sua organização social, em sua visão de mundo e em suas práticas culturais.

Tal empreendimento é muito distante do que tem sido divulgado equivocadamente na mídia como simples reprodução da afirmação de vontade do grupo ou de parte dele. Embora os antropólogos não pretendam ter a palavra final sobre demandas de reconhecimento de identidade étnica ou cultural, e apoiemos a Convenção 169 da OIT, no que concerne ao valor da auto-identificação, defendemos a capacidade de nossa disciplina em fundamentar o significado das demandas dos grupos envolvidos nos laudos sobre direitos territoriais.

Finalmente, gostaria de repudiar, com veemência, as alegações de que os laudos periciais produzidos por antropólogos seriam motivados por outros interesses, ou que se limitariam a reproduzir a opinião dos beneficiados. A ABA está aberta ao diálogo com a sociedade, mas exige respeito ao saber produzido pela nossa disciplina, assim como à honestidade, à seriedade e aos compromissos éticos dos antropólogos que atuam na elaboração de laudos periciais.

Transposição de águas e de idéias

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-geral do Senado Federal, autor do livro Tempo de transformação.

A transposição das águas do Rio São Francisco é a transposição de um debate circunscrito às políticas públicas para a sociedade brasileira. O ponto é que não há como ficar indiferente diante de algumas opiniões bem formuladas, tanto do lado dos que defendem o projeto quanto do lado contrário.

Aspectos importantes que se relacionam ao uso da água no Brasil têm marcado historicamente o debate nas questões relacionadas ao semi-árido, ressaltando-se aí problemas como o uso do solo, da água e da preservação dos ecossistemas em confronto com o atendimento de velhas carências de populações constantemente assoladas pela seca.

Somente em 1999, com o agravamento da crise do abastecimento de água do Nordeste, é que a transposição do Rio São Francisco passou a ser vista como solução mais viável e rápida do problema.

Mesmo para os que consideram a transposição como única alternativa, há que se analisar dois cenários pertinentes ao tema: um marcado pelo imediatismo e tentativa de se procurar resolver a questão da seca a qualquer custo; outro, o de uma reflexão mais profunda, que exige ações que aten-

dam não apenas critérios técnicos, mas também critérios de harmonia e de preservação do meio ambiente.

É corrente o entendimento de que a água é um bem comum e, como tal, ninguém é dela proprietário. Quando visualizamos a região semi-árida nordestina, logo nos deparamos com os diferentes usos da água — na criação de animais, na exploração do potencial irrigável da região, geração de energia, navegação, ou mesmo para o simples consumo humano num sistema que se evidencia deficitário ou inexistente.

Atualmente, o Rio São Francisco, sem que a transposição tenha saído do plano das idéias para o da realidade concreta, já é responsável pela geração de mais de 90% da energia produzida em todo o Nordeste. É para que isso fosse possível há que se destacar que o setor elétrico nordestino já recebeu investimentos da ordem de US\$ 13 bilhões, o que por si só oferece um panorama do volume estupendo de recursos que serão necessários para a eventual transposição.

Existe uma corrente de técnicos, igualmente bem intencionados quanto àqueles que propõem a transposição, diga-se, defendendo a tese de que o Rio São Francisco está morrendo. Não é bem assim. A verdade é que esse rio, um dos mais importantes do Brasil, tem sido muito ameaçado pelos impactos da ação predatória do homem. Exemplos? Basta verificar o grau

de poluição do rio pelo despejo dos esgotos; as barragens construídas ao longo do seu leito para a geração de energia elétrica; o assoreamento incontido, causado pelo desmatamento crescente dos cerrados em benefício da agropecuária e, de não menos relevância, a contínua agressão às matas ciliares.

Estudos especializados sinalizam que as águas do São Francisco não estariam ameaçadas de morte e que, ao contrário, estariam até em melhores condições que as de outros rios do país.

Mas tanto um lado quanto o outro — o dos que defendem a transposição e o dos que são contrários a ela — reconhecem os desafios que necessitam ser enfrentados. A ocorrência das secas no Nordeste já faz parte da paisagem e da realidade social brasileira. E as secas ocorrem justamente porque a distribuição das reservas de água no país é desigual. Para ilustrar, basta termos em mente que, enquanto a Amazônia, com apenas 10% da população brasileira, detém 70% da disponibilidade da água doce do país, o Nordeste, com 30% da população nacional, dispõe de apenas 3% de toda a água doce do Brasil. E até mesmo dentro da região Nordeste existem disparidades naturais: a bacia do São Francisco concentra 63% da disponibilidade de água da região nordestina, sendo que 95% de sua vazão vai para o mar; a bacia do Rio Parnaíba (Piauí/Maranhão) detém 15% da

água disponível no Nordeste. Portanto, as disponibilidades dessas duas bacias chegam a ser da ordem de 78% da água doce da região.

Mas o que é mesmo o projeto da transposição do Velho Chico? Trata-se de um projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, que prevê a construção de dois canais: o eixo Norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e o eixo Leste, que beneficiará parte do sertão e as regiões agrestes de Pernambuco e da Paraíba.

Algo mais precisa ser destacado: a implementação do projeto de transposição não implica desvio do curso do rio. Estrategistas do governo asseguram que seu curso original será mantido e que apenas 1% da água que ele despeja no mar passará a ser captada para garantir o consumo humano e animal na região do semi-árido nordestino, onde vivem 12 milhões de pessoas.

O certo é que até que a transposição saia do papel, muita água ainda vai rolar sobre esse tema. E enquanto se discute, é inegável que 95% das águas do São Francisco continuarão correndo para o mar. Porque antes de tudo, há que transpor idéias e ideais. Um deles está na vontade política e na boa vontade da sociedade para que parte considerável da população nordestina alcance condições melhores de sobrevivência e de qualidade de vida.